
EDITORIAL

Os Editores do Dossiê
Angelo Brigato Ésther
Manolita Correia Lima
Maria Fernanda Rios Cavalcanti
Virgílio César da Silva e Oliveira

RESUMO

Essa edição especial acerca da universidade é publicada exatamente no ano em que a instituição completa 100 anos de sua existência oficial no país. Mesmo ano de nascimento de Florestan Fernandes, um dos grandes defensores e analistas da instituição universitária. A despeito de algumas universidades terem sido criadas antes de 1920 (Amazonas, Paraná e São Paulo), os historiadores clássicos da educação brasileira tendem a considerar a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) como sendo a primeira criada no país, como resultado da união de faculdades isoladas, culminando com sua “fusão” à Universidade do Distrito Federal e à Universidade do Brasil, em 1965, originando a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para além dessa polêmica, é fato que a universidade jamais foi permitida até o advento da República (1889) e, assim, sua criação se dá apenas no século XX, seja porque a Coroa temia o potencial contestatório do “livro” – e da imprensa –, seja porque a República a considerava ultrapassada, associada à uma instituição do Antigo Regime. Ainda que se possa considerar que o país possuía escolas de formação superior desde a época da chegada de Dom João VI, em 1808, a fundação de uma universidade é tardia no Brasil.

Sua criação se deve mais a uma disputa política que envolvia o governo central e os estados da federação do que propriamente a um projeto de universidade e de educação superior. A mera junção de faculdades e a nomenclatura não a transformaram numa universidade propriamente dita, até porque não havia consenso sobre o que ela deveria ser, em termos de sua identidade institucional. A rigor, ela já nasce em crise, e em meio a uma crise política. Não nasce como fruto de uma política de Estado para a educação superior.

A primeira instituição efetivamente criada a partir de um projeto foi a Universidade de Brasília (UnB), cujas inovações foram desprezadas pela Lei de Diretrizes e Bases promulgada cinco dias após sua criação, e cuja atuação diferenciada acabou por ser desmontada pela ditadura civil-militar instaurada em 1964. Paralelamente, é desenvolvido o sistema de pós-graduação brasileiro, visando formação de recursos humanos qualificados para o mercado em crescimento. Período sombrio e contraditório, a ditadura civil-militar investe na pós-graduação, mas sua atuação é condicionada, ideologicamente e na prática, a um projeto econômico capitalista que coloca o país numa condição de desenvolvimento dependente, que mistura

desenvolvimento econômico, grande desigualdade entre classes sociais, tentativa de silenciamento do pensamento crítico seja dos movimentos trabalhistas seja do movimento estudantil, forte apoio aos interesses da burguesia brasileira, arrocho salarial e repressão policial.

Inicialmente, parte da comunidade universitária apoia o regime militar, por temer uma imaginária ascensão dos comunistas, mas logo percebe que se trata de forte ameaça à sua própria atuação, bem como aos ideais de uma sociedade democrática, anunciada pelo próprio governo como objetivo final do regime, quando conseguisse eliminar a suposta ameaça comunista. Nesse sentido, não é de hoje que se teme o potencial crítico da universidade, atualmente taxada de doutrinadora marxista, por exemplo. A despeito do Brasil ter constituído a força aliada na Segunda Guerra Mundial, as forças do Eixo viam nos comunistas uma séria ameaça aos seus interesses e ideologia, algo que Hitler já deixara claro em seu livro *Mein Kampf* (“Minha luta”), escrito durante sua prisão na década de 1920. É nesse livro que ele sugere a influência, a força e o perigo do bolchevismo cultural, expressão máxima do marxismo para ele, inclusive no campo da arte. Daí os conservadores e adeptos de um conjunto de ideias de um espectro político de direita alegarem a existência do chamado marxismo cultural, que atualmente nada mais é do que um conjunto de concepções e de uma visão de mundo que confrontam seu ideário conservador.

Quando a ditadura finalmente encontra seu fim, em 1985, decorrente de uma sucessão de movimentos sociais, lutas políticas, focos de resistência e embates com forças policiais repressivas, a Nova República se vê diante do desafio de “modernizar” o país e estabelecer um Estado democrático de Direito, no qual forças, ideias e posições conflitantes deveriam ser assumidas como típicas de e necessárias a uma sociedade democrática, plural, cujas formas de convivência precisariam ser reinventadas. Um dos avanços significativos é a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, denominada “Constituição Cidadã”, na qual a educação passa a ser considerada um elemento fundamental para a sociedade, e às universidades, em seu artigo 207, é assegurada a “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, devendo essas obedecerem “ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A nova modernização da universidade, por assim dizer, será realizada efetivamente a partir do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em meados da década de 1990, após um processo de impeachment com a consequente renúncia de seu antecessor, e a estabilização da moeda e da inflação por meio do Plano Real. Seu governo promove a reforma do Estado, cujas ações e políticas remontam aos pressupostos e preceitos da chamada Nova Gestão Pública, implementada especialmente nos Estados Unidos de Reagan e no Reino Unido de Thatcher, cujo modelo econômico expressa o que chamamos de neoliberalismo. Nesse “modelo”, a premissa fundamental é que o Estado deve ser mínimo, deixando que as forças de mercado regulem a atividade econômica, na medida em que “o que é público é ruim, o que é privado é bom”, e que a eficiência do governo e dos aparelhos estatais seria garantida ao “se fazer mais com menos”. O modelo de gestão adotado seria aquele baseado na lógica empresarial de gestão, segundo a qual a racionalidade instrumental é seu guia e sua base de sustentação. Tal lógica

passa a justificar a adoção de práticas gerenciais com foco em resultado econômico ou, no caso das universidades, foco em resultados tangíveis, cuja métrica não é formulada pela instituição, mas sim nas instâncias governamentais e ministeriais, por meio da constituição de uma comissão de notáveis e de especialistas que formulam um sistema de avaliação da universidade e do ensino superior como um todo, enquanto a pós-graduação continua sob os auspícios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. É nesse momento que é implementado o chamado gerencialismo, expressão da adoção dos métodos, técnicas e processos empresariais no setor público, e que é inaugurada uma fase que culminará na ênfase ao “produtivismo”, ou seja, uma busca incessante e crescente de resultados quantitativos cuja efetividade é questionável sob diversos aspectos.

Os governos posteriores de Lula e Dilma mantiveram a orientação neoliberal da economia, a despeito das políticas públicas compensatórias implementadas, não promovendo um conjunto de reformas necessárias à sociedade, como a agrária, política, tributária, dentre outras. No caso das universidades, o sistema é ampliado com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, quando um considerável volume de recursos financeiros é destinado às instituições, mediante uma espécie de contrato de gestão para a implementação da reestruturação e da expansão. Embora modificado, o sistema de avaliação e de métricas é mantido em sua lógica fundamental. A presidenta Dilma conclui o programa de expansão e cria o “Ciência sem fronteiras”, iniciativa de internacionalização visando, basicamente, estudantes de graduação. No campo político, enfrenta a maior greve dos professores da história, especialmente pela questão salarial. Sofre o processo de impeachment e, em agosto de 2016, perde seu mandato em um ritual vergonhoso e inaceitável a uma República, transmitido ao vivo pela televisão, assumindo seu vice, Michel Temer.

Chegamos no mandato do Presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018, com uma concepção liberal no campo econômico e conservadora nos costumes, segundo o próprio e parte de seu séquito. No campo educacional, observa-se um desastre em todos os níveis, em particular o superior. Desde a nomeação de quatro ministros, em que um deles nunca tomou posse e o atual ainda não mostrou a que veio, os dois primeiros primaram pelo total desprezo pela educação, acusando as universidades de realizarem verdadeira “balbúrdia” em suas instalações, de plantarem maconha e produzirem anfetaminas em seus laboratórios de química, dentre outras afirmações jamais comprovadas, passando pelo total desrespeito a Paulo Freire, a ponto de desejarem retirar seu título de Patrono da Educação brasileira, e promovendo cortes e contingenciamentos orçamentários. Em meio à pandemia que se instaurou mundo afora e no país, a situação se agravou, na medida em que as aulas presenciais foram suspensas. No entanto, contrariamente à imagem negativa e falseada divulgada pelo próprio governo federal, as universidades se mobilizaram para combater o novo Coronavírus, buscando inclusive, o desenvolvimento de uma vacina.

A recusa do governo federal em admitir a importância do papel da universidade, por meio de uma postura negacionista diante de fatos científicos e utilizando canais de comunicação de amplo alcance, promove uma imagem de inoperância e de inutilidade, prestando um desserviço à sociedade. Se a universidade precisa ser aperfeiçoada, que o problema seja enfrentado de

modo profissional e por meio dos mecanismos institucionais disponíveis. Não se trata, portanto, de uma negação à crítica da universidade. Ao contrário, a dimensão da crítica é inerente ao papel da universidade, o que requer que ela tenha liberdade ou autonomia para pensar e se pensar.

Mundialmente, a perspectiva dominante assume o conhecimento como fator de produção, numa concepção instrumentalizada e instrumentalizante. A rigor, conforme assevera Prado (2018), o modelo econômico neoliberal sufoca a questão levantada pela comunidade acadêmica pelo menos desde os anos 1960: Qual é a finalidade do conhecimento? Se o conhecimento é capital, enquanto fator de produção, e portanto associado à lógica de mercado, o fato é que “a lógica do mercado exclui toda questão que concerne aos fins” (PRADO, 2018, p. 221).

Porém, a despeito da força hegemônica do neoliberalismo e sua concepção de conhecimento como mercadoria negociável segundo a lógica de mercado, durante a III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe, realizada em Córdoba, Argentina, em 14 de junho de 2018, foi elaborada uma Declaração acerca da educação, cujo extrato se segue:

A educação superior é um bem público e social, um direito humano e um dever do Estado. O conhecimento deve ser considerado um bem público social. [...] A atual conjuntura política na região, que se expressa, em alguns países, na perseguição de autoridades universitárias, na violência contra os estudantes, em ajustes econômicos e na violação da autonomia universitária significa um retrocesso histórico. Estas violações devem ser enfaticamente condenadas. [...] Destaca-se o compromisso social com igualdade, democracia plena, desenvolvimento econômico, criação e acesso à cultura e à arte, e defesa dos direitos humanos. Este compromisso implica que a educação superior seja parte da sociedade e se democratize em todos seus âmbitos. A autonomia é uma condição imprescindível para que as instituições exerçam um papel crítico e propositivo frente à sociedade. Esta se alicerça nos direitos de acesso à tomada de decisões, de representação e de plena participação democrática que se expressa no co-governo, assim como na transparência e na prestação de contas.

A autonomia implica, sobretudo, a possibilidade da crítica, da busca da verdade sem constrangimento de qualquer tipo. Como bem esclarece Paul Ricoeur, “negar a possibilidade de uma procura da verdade sem constrangimento é negar, ao mesmo tempo, a possibilidade de uma crítica dos preconceitos, das ilusões, das ideologias”, até porque, segue o autor, “procurar a verdade sem constrangimento não é, antes de tudo, um direito de alguns homens intelectuais e eruditos, mas um direito da humanidade como tal [...] a busca da verdade não é um acidente na história da espécie humana, mas constitui a humanidade como humanidade” (RICOEUR, 1983, p. 12).

Tal exercício inclui a universidade pensar a si mesma, ser crítica de si mesma. Tarefa difícil, mas absolutamente necessária, caso contrário sua atuação recai numa atitude de encastelamento e distanciamento da realidade, sobretudo se suas ações, programas e cursos não se prestem ao escrutínio. Nesse sentido, a universidade tanto deve promover reflexões

internamente quanto deve estar aberta e buscar a crítica social, em permanente comunicação com a sociedade da qual faz parte e compõe. É o que expressam tanto a Declaração de Córdoba de 2018 quanto Paul Ricouer.

No estágio em que nos encontramos, a universidade parece não conseguir atender adequadamente seu papel crítico, especialmente quando levamos em conta as permanentes críticas infundadas e projetos descabidos como o “Escola sem partido”, quando as agências de fomento definem as agendas de pesquisa e os critérios de atuação e de qualidade da instituição, quando ela mesma não consegue demonstrar sua importância para a sociedade que a financia, especialmente se sua linguagem e forma de comunicação não alcançam aqueles que deveria atender.

Como podemos ver, um século após sua criação, os desafios impostos à universidade brasileira são complexos, requerendo muito esforço e resiliência, em um cenário desfavorável, agravado pela crise econômica potencializada pela pandemia do novo Coronavírus. Não podemos nos eximir da responsabilidade de nos colocarmos frente aos desafios e, ao mesmo tempo, olharmos para dentro e discutirmos nossa atuação.

O presente dossiê, A Universidade no mundo global: reflexões, desafios e perspectivas para o Brasil e América Latina, conta com quatro artigos e uma pensata que tratam de temas diversos e relevantes para a discussão acerca da universidade.

Em A Universidade Latino-Americana e a relevância dos Estudos Organizacionais para seu estudo, os autores analisam as diversas abordagens que podem ser utilizadas para a reflexão acerca de questões e de problemas fundamentais enfrentados por universidades latino-americanas. No artigo Universidade para que e quem? Uma Análise Crítica Dos Discursos Institucionais, são analisadas, por meio da Análise Crítica do Discurso, as declarações de missão das mais bem posicionadas universidades do país no Ranking Universitário da Folha de São Paulo (RUF), revelando a existência de projetos políticos amplamente distintos. Em O enfrentamento das opressões de gênero numa universidade pública: o papel dos coletivos na ótica do feminismo decolonial, o tema é discutido por meio do feminismo decolonial, que desconstrói opressões vinculadas a gênero, raça, classe, assumindo um ponto de vista não eurocêntrico. No artigo Palidez Estética na Universidade: Inquietações acerca da Aprendizagem da Docência, são analisadas as práticas da dimensão pedagógica no contexto universitário, especificamente aquelas voltadas ao desenvolvimento de docentes para o magistério superior. Finalmente, por meio de uma pensata intitulada Autonomia para quê? Reflexões sobre a experiência paulista de financiamento e gestão das universidades públicas, os autores discutem a relação entre autonomia, especialmente financeira, governança e cumprimento da missão institucional de universidades paulistas.

Os textos O lugar da Administração Política nos Estudos Organizacionais, uma crítica e O limiar da Produção do Conhecimento acerca da Administração Pública, embora não estejam no escopo da chamada e tenham como objeto de reflexão o próprio conhecimento, não deixam de colocar em tela uma das atividades de trabalho que faz a universidade ser o que está sendo,

sobretudo no Brasil. As críticas e reflexões necessárias à produção do conhecimento que nos brindam os autores e autoras colocam em relevo a potencialidade e os limites do fazer científico e colaboram com a tarefa urgente de pensarmos a instituição universitária e as condições em que a vivenciamos.

Por fim, a imagem que estampa a capa da Revista é intitulada O Julgamento. Esse grafite traçado em uma das paredes da Universidade Federal de Minas Gerais (re)lembra os transeuntes que não há neutralidade naqueles que julgam o que é produzido enquanto ensino, pesquisa e extensão na Educação Superior Pública Brasileira.

Boa leitura!

Os Editores

Angelo Brigato Ésther (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Manolita Correia Lima (Escola Superior de Propaganda e Marketing)
Maria Fernanda Rios Cavalcanti (FGV/Escola de Administração de Empresas de São Paulo)
Virgílio César da Silva e Oliveira (Universidade Federal de Juiz de Fora)

REFERÊNCIAS

CRES 2018. III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe. Declaração. Córdoba, Argentina, 14 de junho de 2018. Disponível em <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2018/08/DECLARA%C3%87%C3%83O-CRES-2018-EM-PORTUGU%C3%8AS.pdf>. Acesso em 10 junho 2020.

PRADO, Plínio. A resistência equilibrista. Universidade, clínica e política. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo, v. 21, n. 2, p.219-228, Junho, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142018000200219&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 julho 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2018v21n2p219.1>.

RICOUER, Paul. Prefácio. DREZE, Jacques, DEBELLE, Jean. Concepções de universidade. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983, p.9-24.